

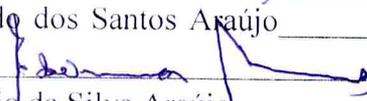
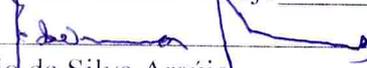
1 **Ata da 178ª** (centésima septuagésima oitava) reunião ordinária do Conselho Municipal de
2 Previdência – CMP, realizada aos quatorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte
3 e três, às quatorze horas, na do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do
4 Município de Viçosa - IPREVI, situada à Avenida P.H. Rolfs, Edifício Meridien Center, 3º
5 andar, Centro – Viçosa - MG, com a presença dos Conselheiros: Luís Roberto de Andrade,
6 Edimar Mendes, Rafaela de Cássia Firmino, Manoel de Oliveira Miranda, Emerson Jacinto
7 Carneiro, Jorge Lucas dos Santos da Luz, Carlos Raimundo dos Santos Araújo, Maria
8 Auxiliadora Carlos Felício e Solange Sampaio Satecler. Estava presente também o Diretor
9 Geral do IPREVI Edivaldo Antônio da Silva Araújo e a Diretora Adm. Financeira Eliane
10 Antônia dos Reis Pereira. O Conselho se reuniu para tratar dos seguintes assuntos: 1. Eleição
11 do Presidente do Conselho; 2. Apresentação da situação do IPREVI; 3. Assuntos Gerais. O
12 Diretor Edivaldo deu início à reunião com a escolha do Conselheiro que será o Presidente do
13 Conselho, deixando espaço aberto para os conselheiros se candidatarem. O Conselheiro Jorge
14 Lucas foi o único a manifestar interesse em ser o Presidente, sendo aprovado pelos conselheiros
15 por unanimidade. Sobre a pauta das futuras reuniões, o Diretor Edivaldo informou que deverá
16 ser deliberada com o Presidente do Conselho e os documentos a serem deliberados serão
17 enviados por e-mail antecipadamente para análise. Em seguida o Diretor Edivaldo demonstrou
18 a situação do IPREVI apresentando a evolução das despesas e receitas do IPREVI de 2011 a
19 setembro de 2023. Iniciou com a apresentação em slides da análise cronológica das leis da
20 Previdência até a Emenda Constitucional 103/2019, seguindo com os demais itens. Sobre a E.C
21 103, o Diretor Edivaldo informou que existe uma discussão no Congresso sobre a possibilidade
22 de anular essa lei e aplicar para os RPPS as mesmas regras da União. O Conselheiro Emerson
23 perguntou se existe a possibilidade do valor da insuficiência financeira não ser computado mais
24 em despesa com Pessoal. Edivaldo disse que não, pois está na lei de responsabilidade fiscal. Ela
25 tem que entrar no gasto com pessoal por que é uma despesa do Tesouro. Seguindo a
26 apresentação, Edivaldo expôs que o IPREVI é uma Autarquia Municipal criada através da Lei
27 1.511 de 19 de novembro de 2002, com o objetivo de assegurar os benefícios previdenciários
28 aos servidores titulares de cargos efetivos do município e suas autarquias. Continuou dizendo
29 que o Instituto foi instituído por segregação das massas em 2 grupos: Fundo Financeiro que
30 contempla os servidores admitidos antes de 2002 com plano de custeio de repartição simples e
31 Fundo Previdenciário que contempla os servidores admitidos após 2002 com Plano de Custeio
32 de regime financeiro de capitalização. Demonstrou o quantitativo de segurados entre os anos de
33 2011 até setembro de 2023 em que no ano de 2011 no Fundo Financeiro haviam 843 segurados
34 na ativa, 200 aposentados e 97 pensionistas, perfazendo um total de 1140 segurados, e até
35 setembro de 2023 havia 363 servidores na ativa, 537 aposentados e 132 pensionistas,
36 perfazendo um total de 1032 segurados. Já o Fundo Previdenciário em 2011 havia 495
37 servidores na ativa, 03 aposentados e 07 pensionistas, perfazendo um total de 505 segurados, e
38 até setembro de 2023, conta com 737 servidores na ativa, 63 aposentados e 13 pensionistas,
39 num total de 808 segurados. Em seguida apresentou as receitas e despesas projetadas e
40 realizadas dos dois fundos, ano a ano no período de 2011 a 2023, bem como as despesas
41 referentes aos pagamentos de auxílio-doença até o ano de 2019. Apresentou também os valores
42 dos repasses para cobertura da insuficiência financeira do fundo financeiro iniciado no ano de
43 2015 com o valor de R\$ 2.268.879,16 até 2023, sendo que a previsão de repasse estimado é de
44 R\$ 19.785.000,00 e até setembro o repasse está em R\$ 18.301.279,70. Logo após o Diretor
45 Edivaldo apresentou o Resultado dos Investimentos, iniciando com a evolução do patrimônio
46 relativo ao fundo previdenciário entre os anos de 2011, que era R\$ 14.820.540,67, e em
47 setembro de 2023, que estava em R\$ 99.322.313,33, e o retorno financeiro total das aplicações
48 equivalente a esse período foi de R\$41.018.092,22. Apresentou também os retornos anuais dos

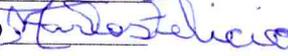
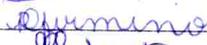
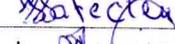
Handwritten signatures and notes:
Hortencio
Andres Felício
Apresento
Luís
Edivaldo

49 investimentos desde 2014 até setembro de 2023, e comparou com as metas atuariais ressaltando
50 que nem sempre foram atendidas, devido a alguns fatores como oscilações de mercado, cenário
51 econômico do País, Pandemia. Seguiu com a apresentação do comparativo das aplicações em
52 renda fixa e variável do ano de 2011 até setembro de 2023, em que até o ano de 2017 as
53 aplicações eram feitas 100% em renda fixa. A partir de 2018, começou-se a investir uma parte
54 dos recursos em renda variável e assim em 2022 atingiu 17,26% de aplicações em renda
55 variável e 82,73% em renda fixa. E este ano de 2023 até setembro, do patrimônio acumulado
56 foi investido 77,66 % em renda fixa, e 20,98% em renda variável, 0,12% no exterior e 1,24%
57 em fundos estruturados. Em seguida Edivaldo apresentou também as receitas da compensação
58 previdenciária de 2014 a setembro de 2023 dos Fundos previdenciário e financeiro, perfazendo
59 um total de R\$ R\$ 5.015.427, o qual é realizado dentro do Sistema COMPREV onde é feito
60 requerimentos da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência e Regime
61 Próprio de Previdência, informando que recentemente passou-se a ter compensação entre
62 Regimes Próprios também. Após a apresentação o Diretor Edivaldo informou que no dia
63 16/11/2023 haverá uma reunião do Comitê de Investimentos para discutir a Política de
64 Investimentos para o ano de 2024, e logo após deverá ser enviada antecipadamente aos
65 conselheiros para análise e a seguir discutida na próxima reunião. O Presidente Jorge
66 perguntou se poderia participar da reunião do Comitê e o Diretor disse que sim e que as
67 reuniões são abertas. Edivaldo informou também que o IPREVI elaborou o Plano de
68 Capacitação a pedido da Conselheira da Câmara e também para atender um item exigido para
69 certificação no Pró-Gestão e que será enviado para os Conselheiros para analisarem. Explicou
70 que esse Plano foi discutido e aprovado pelo Conselho anterior e foi sugerido que ele seja
71 atualizado na época da elaboração da LOA, mas que pode ser revisto pelo Conselho atual. O
72 Conselheiro Luís perguntou o que seria esta capacitação. Edivaldo explicou que participação
73 em eventos sobre previdência como cursos, congresso, visita técnica, etc. Luís expôs que o
74 artigo 140 da lei 1511/2002, diz que toda liberação do Comitê tem que ser apreciada pelo
75 Conselho, e que para isso o Conselho tem que ser capacitado nesta área, talvez ser capacitado
76 em CPA-10. Edivaldo informou que hoje a CPA-10 não vale mais, e que existe uma
77 certificação nova mais abrangente que terá que fazer, porém quem já é certificado continua
78 valendo até a data de validade, e informou que para cada conselho a exigência é diferente e que
79 as novas certificações abrangem várias áreas da previdência. Edivaldo informou que esta
80 tentando uma parceria com o Professor Thiago do Departamento de Administração da UFV,
81 para que desenvolva um projeto de preparação para a prova de certificação. Em seguida,
82 Edivaldo falou sobre os Projetos de Lei do IPREVI que foi enviado aos Conselheiros. Explicou
83 que esses projetos são sobre o plano de carreira e estruturação do quadro de servidores do
84 IPREVI, criação do Cargo de Advogado e Controlador Interno que é uma necessidade antiga o
85 Instituto, e criação de jetons para os Conselheiros. Informou que eles foram discutidos e
86 aprovados em junho de 2023 pelo conselho anterior e enviado pelo executivo à Câmara. Disse
87 que os projetos foram devolvidos com considerações feitas pela Comissão de Constituição e
88 Justiça da Câmara e após revistos foram encaminhados novamente ao legislativo. Porém, nada
89 impede que o atual Conselho analise novamente. O Presidente Jorge sugeriu retirar o Projeto da
90 Câmara para que fosse discutido novamente. Edivaldo explicou que não sabe quais são as
91 dúvidas a serem discutidas, mas que se retirar o projeto da Câmara, o que deve ser feito pelo
92 Prefeito, e se fizer alguma alteração que gere mais despesa, ele não será aprovado este ano, por
93 causa do impacto financeiro que já extrapolou o limite, mas dependendo do que for a demanda
94 que não gere impacto, pode pedir algum vereador para colocar uma emenda. A Conselheira
95 Solange sugeriu que todos lessem o Projeto comparando com a Lei original, pois tem artigos
96 que foram suprimidos quase totalmente. O Conselheiro Emerson expôs que não concorda com

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the name "Emerson" and other illegible signatures.

97 a redução de representantes dos servidores ativos e pensionistas, e que os jetons não serão para
98 esse conselho, pois o impacto foi feito para 7 conselheiros. Expôs também os Jetons para o
99 Comitê de Investimentos são correspondentes a 09 UFM e para os Conselhos esta sendo
100 colocado 05 UFM e indagou se não seria o caso de diminuir os jetons do Comitê de
101 Investimentos para equipará-los aos dos Conselhos deliberativo e fiscal. O Presidente Jorge
102 sugeriu fazer uma reunião na terça-feira próxima para discutir os Projetos. Edivaldo informou
103 que uma comissão de servidores do IPREVI reuniu com dois vereadores para explicar a
104 necessidade da aprovação dos Projetos e que estes falaram que estavam aguardando um aval do
105 Conselho para colocar o Projeto em votação. Neste sentido, o conselho concluiu que, por hora,
106 não há necessidade de retirar o Projeto, por que ele não será colocado em Pauta até a
107 manifestação do Conselho. A Conselheira Solange expôs o compromisso de após revisto o
108 Projeto, batalhar para que seja aprovado. Disse também que todos os Conselheiros devem estar
109 sempre presentes as reuniões mas que os Diretores deverão participar das reuniões mediante de
110 Convite dos Conselheiros. E que a Servidora Cássia poderá participar como secretária das
111 reuniões. A Diretora Administrativo Financeira Eliane, informou que tem pesquisado sites de
112 alguns Institutos de Previdência e constatou que as reuniões dos conselhos são amplamente
113 divulgadas sendo permitida a presença de outros servidores, deixando esta sugestão para os
114 Conselheiros. Após várias explanações sobre o projeto de lei, ficou acordado de todos lerem os
115 projetos e trazerem as questões para serem discutidas em uma reunião extraordinária a ser
116 realizada na próxima terça-feira dia 21/11/2023 às 08h30min. Também ficou acordado em não
117 pedir o Prefeito para retirar o Projeto de Lei da Câmara, uma vez que os vereadores estão
118 aguardando o aval do Conselho e o Diretor Geral do IPREVI irá participar desta reunião a
119 pedido do Presidente do Conselho. Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada e eu
120 Cássia Maria Lopes Salgado, Chefe de Secretaria do IPREVI, digitei a presente ata que após
121 lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais presentes à reunião.
122

Cássia Maria Lopes Salgado 
Carlos Raimundo dos Santos Araújo 
Edimar Mendes 
Edivaldo Antônio da Silva Araújo 
Emerson Jacinto Carneiro 
Jorge Lucas dos Santos da Luz 

Manoel de Oliveira Miranda 
Maria Auxiliadora Carlos Felício 
Rafaela de Cássia Firmino 
Solange Sampaio Satecler. 
Eliane Antonia dos Reis Pereira 
Luis Roberto de Andrade 

123